


REDE JUSTIÇA CRIMINAL



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
O FUTURO É AGORA: O ADVOCACY E O CONTROLE DEMOCRÁTICO	5
O PODER DA COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE DISPUTA	7
O TRABALHO DA RJC AO LONGO DO ANO	10
TRANSPARÊNCIA E ORÇAMENTO	16
AGRADECIMENTO	17
EXPEDIENTE	18



APRESENTAÇÃO

DOIS MIL E VINTE E DOIS FOI UM ANO DE RETOMADAS! Retomamos a gradual volta à normalidade do presencial e retomamos a democracia das mãos de um governo que tanto minou os direitos humanos.

Durante todo o período, a intensidade do nosso trabalho não teve pausa e foi ainda mais fomentado pela escolha de um novo chefe do Executivo e de troca de legislatura. Demos continuidade aos temas cardiais da Rede Justiça Criminal (RJC), como a pressão pelo retorno à presencialidade das audiências de custódia, fim da tortura e criminalização dos movimentos sociais.

Também colhemos orgulhosos frutos que atestam que apesar dos desafios, há sempre um saldo positivo que nos leva adiante. Como exemplos disso, estão nossa participação em um documentário promovido pela Al Jazeera e a conquista de um prêmio de design social em reconhecimento à nossa campanha “**Deixados para Morrer**”, lançada em 2021.

Assim como o fortalecimento de nossa agenda, fortalecemos nossa presença no Nordeste, por meio de diversas ações com nossa organização-sede – o Gajop – e organizações parceiras. A mudança só veio comprovar o acerto de nossa aposta na expansão para fora do Sudeste, o que ajudou, também, a oxigenar nossa atuação cada vez mais sólida na área da segurança pública e a partir de concepções populares de sua gestão.

Em meio ao nosso trabalho cotidiano de defesa por um sistema de justiça penal condizente com o respeito à dignidade humana e que se concretize em uma política de segurança pública promotora de paz e horizontalidades, assumimos o compromisso, como tantos outros atores da sociedade civil, de defender a democracia contra desmontes definitivos por meio da realização de um processo eleitoral transparente e em respeito ao seu resultado. Foram diversas as reuniões com entidades, representantes políticos e entre as próprias organizações da RJC que nos ajudaram a debater e definir quais seriam nossas estratégias de combate e por quais caminhos.

Em meio ao nosso trabalho cotidiano de defesa por um sistema de justiça penal condizente com o respeito à dignidade humana e que se concretize em uma política de segurança pública promotora de paz e horizontalidades, assumimos o compromisso, como tantos outros atores da sociedade civil, de defender a democracia contra desmontes definitivos por meio da realização de um processo eleitoral transparente e em respeito ao seu resultado.

Do ponto de vista de nossa coalizão, decidimos mudar. Se em 2018, e diante de um cenário de iminente derrota e do encolhimento de espaços de discordância, optamos por lançar uma campanha de convencimento da população sobre a importância de uma segurança pública sem sensacionalismos, em 2022, definimos que era hora de disputar o jogo da política pública novamente, apresentando inúmeras propostas que enfrentassem a tragédia do encarceramento massivo e que deriva e é derivada de uma política de morte diária. Como resultado, elaboramos uma agenda com medidas urgentes a serem adotadas nos 100 primeiros dias de governo e com a esperança de que um governo democrático vencesse a disputa. Felizmente, foi o que aconteceu.

Não foi somente na esfera de nossa comunicação que atuamos nas eleições. Por meio de nosso advocacy, também enfrentamos o populismo penal vindo do Legislativo e Executivo, característico desse período de disputas. Fizemos frente a projetos de lei que previam o fim da saída temporária e aumento do Estado penal.

Passadas as eleições e com a perspectiva de garantia democrática, respiramos aliviados, mas seguimos em alerta. A mudança para um governo comprometido com a democracia não é garantia de um menor endurecimento do punitivismo. Ao contrário, o estado crônico em que se encontram nossos presídios é prova de que esse descalabro perdura há gerações.

Independente da direção que assumam as políticas públicas para as áreas de segurança e justiça daqui para frente, não nos furtaremos de cumprir com a missão que assumimos desde o momento de nossa fundação. Ao mesmo tempo, que essa retomada democrática possa significar uma nova oportunidade para se rever a maneira como concebemos e lidamos com o poder punitivo do Estado e de como nossos preconceitos mais profundos impedem que nossa sociedade possa atingir relações mais justas e harmoniosas, pautadas em concepções que, de fato, contemplem as raízes de nossas desigualdades.

A mudança para um governo comprometido com a democracia não é garantia de um menor endurecimento do punitivismo. Ao contrário, o estado crônico em que se encontram nossos presídios é prova de que esse descalabro perdura há gerações.

O FUTURO É AGORA: O ADVOCACY E O CONTROLE DEMOCRÁTICO

AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA INVESTIRAM GRANDE ENERGIA EM 2022 NA DEFESA DA DEMOCRACIA, PELA GARANTIA DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL E RESPEITO AO RESULTADO DAS URNAS. Em paralelo, as duas casas do Congresso Nacional mantiveram em pauta propostas que promovem o encarceramento em massa e potencializam as violações de direitos humanos no cárcere. Foram diversas investidas contra a progressão de regime e a saída temporária, além das ameaças já conhecidas de criminalização dos movimentos sociais por meio de alterações na Lei Antiterror (Lei 13.206/2016).

Em conjunto com as organizações do Pacto pela Democracia, nos reunimos com ministros do Supremo, com os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Nacional dos Procuradores da República, além do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, sempre exigindo o posicionamento em defesa da ordem democrática e nos colocando na mesma linha de compromisso e defesa do processo eleitoral.

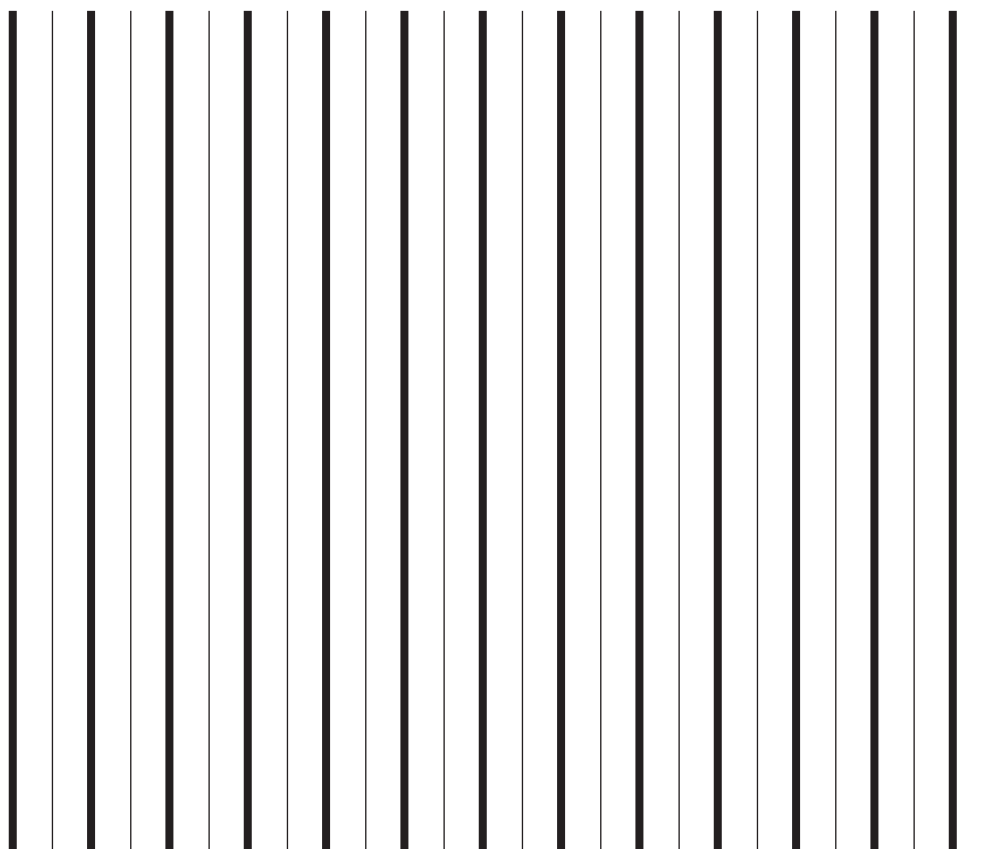


Dois mil e vinte e dois foi o último ano da 56ª legislatura e, com as eleições em curso, uma das características do Congresso foi a aprovação de temas eleitorais com grande repercussão social. Na última semana antes do recesso parlamentar, com baixíssimo quórum presencial foi aprovado o PL 583/2011, que vincula a progressão de regime à realização de exame criminológico, além

de extinguir as saídas temporárias. A nota técnica da Rede foi amplamente difundida e teve os seus argumentos utilizados na fala dos de parlamentares que se opuseram à proposta.

Por fim, o Executivo sintetizou sua proposta para a segurança pública em três projetos de lei: 731/2022, 732/2022 e 733/2022 que concentravam temas graves como o excludente de ilicitude e ampliação do conceito de terrorismo via alteração da Lei Antiterror. Duas propostas chegaram a ser aprovadas na Comissão de Segurança Pública e, graças a nossa atuação, não foram pautadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Todas as ações que tivemos no Congresso Nacional, bem como com parceiros da sociedade civil, foram impulsionadas pela nossa comunicação. Isso porque entendemos que sem ela, nosso alcance e impacto ficariam por demasiado limitados. Abaixo, te mostramos, em números e ações, um pouco dos resultados de nosso trabalho na área.



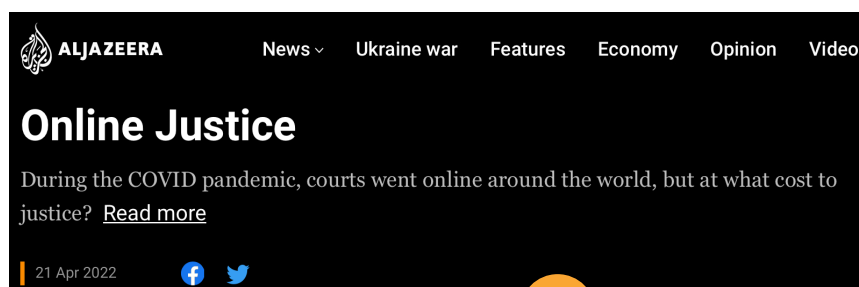
O PODER DA COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE DISPUTA

ENTRE DISCURSOS POPULISTAS que ferem direitos humanos, perseguição a vozes opositoras e intensificação dos processos de desinformação, muitas vezes protagonizados pelo próprio governo federal e parlamentares, a Rede Justiça Criminal trabalhou arduamente para produzir e pautar reflexões que contribuíssem para a luta contra o encarceramento em massa, norteadas pela preservação dos direitos fundamentais.

Em 2022, ampliamos nossa presença em veículos de comunicação, publicando artigos de opinião e atuando como fonte de informação. Além da presença nos principais portais jornalísticos do país, participamos de documentário realizado pela emissora Al Jazeera sobre a virtualização das audiências de custódia e seus impactos no Brasil e no México.

REDE JUSTIÇA CRIMINAL ESTREIA COLUNA DE OPINIÃO NO PORTAL MÍDIA NINJA

- [Você sente segurança com mais prisões e polícia?](#)
- [Justiça criminal e a suspensão do direito de votar](#)
- [No meio do caminho tinha o racismo](#)
- [Como o bolsonarismo resiste no Congresso e a mobilização da sociedade civil também](#)
- [Por que o Brasil tem encarcerado tantas mulheres?](#)



REPORTAGENS

Sob pressão dos movimentos sociais, Prefeitura licita 108 relógios com câmeras de reconhecimento facial

Giovanna Carneiro, em 19/08/2022, 19:03.

Câmara aprova projeto que acaba com saída temporária de presos; entidades criticam

Relator defende que 'saldinhas' causam 'sentimento de impunidade'; organizações ligadas aos direitos humanos dizem que medida é 'falaciosa e se baseia no sensacionalismo'. Texto volta ao Senado.

Entidades repudiam ameaças a senadores contrários a PL que flexibiliza acesso a armas

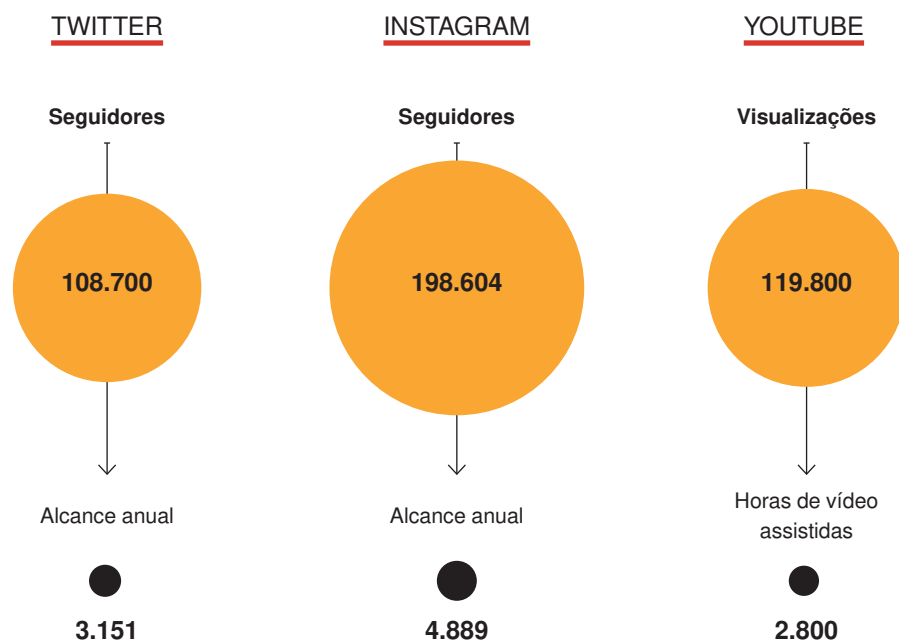
Em nota assinada por 19 organizações, atos foram classificados como 'inadmissíveis'. Parlamentares que defenderam adiamento da votação da proposta relataram tentativas de intimidação.

COTIDIANO / Sexta, 01 Abril 2022 17:28

Caso Gamboa: PM envolvido já havia torturado um dos jovens antes

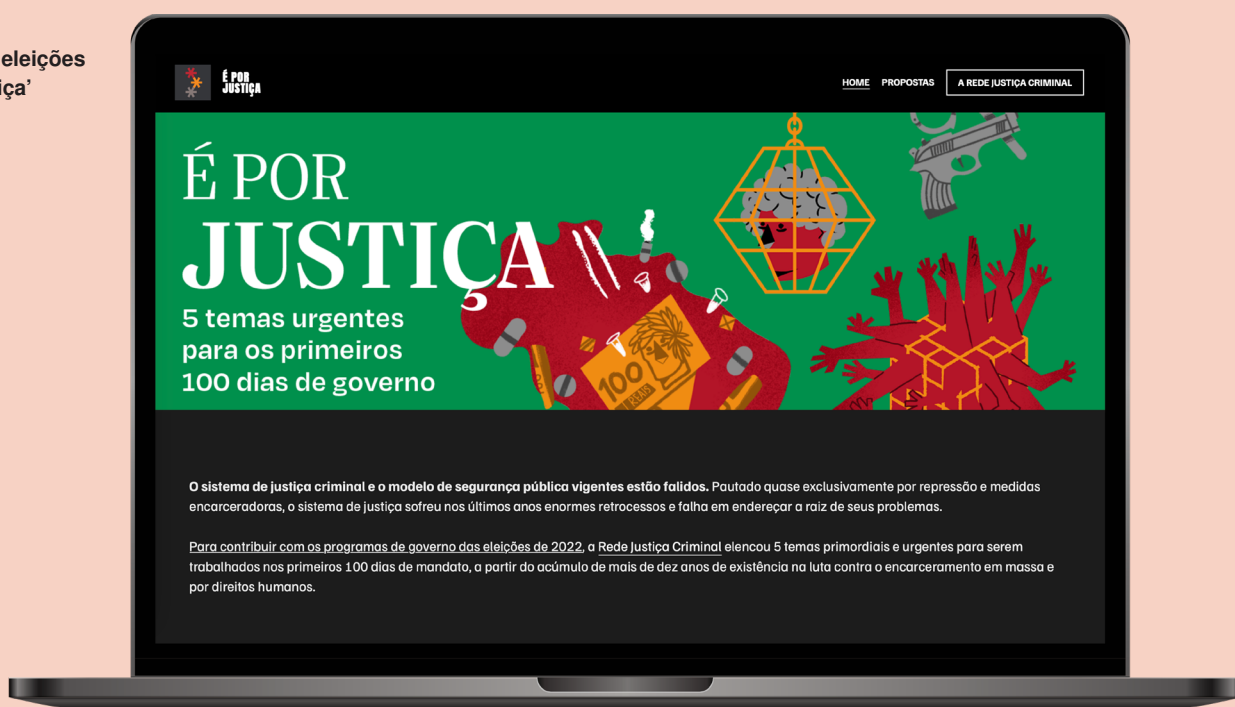
Familiares apontam que um ano antes das três mortes, Cleverson Guimarães, de 22 anos, tinha sido ameaçado e torturado, dentro de casa, por um policial militar envolvido na chacina

No período, também houve uma maior movimentação em nossas mídias sociais e site, com a publicação de conteúdos em formatos diversos com as respostas para as perguntas mais frequentes que chegam à coalizão.



Além da disputa de narrativa nas mídias sociais e imprensa, atuamos na formulação e disseminação de conteúdos em formatos diversos. Com a proximidade das eleições, elaboramos uma agenda eleitoral com foco nos primeiros 100 dias de governo que foi amplamente difundida, atuamos conjuntamente em uma campanha com desdobramentos online e offline contra a instalação de câmeras de reconhecimento facial na cidade de Recife e relembramos a chacina da Gamboa em uma projeção na cidade de Salvador.

Agenda de eleições 'É por Justiça'





Campanha de pressão popular com mais de 5000 assinaturas contra a implementação da tecnologia de reconhecimento facial em Recife

Ação em conjunto em memória de Alexandre, Cleverson e Patrick, vítimas da letalidade policial no território da Gamboa de Baixo na cidade de Salvador.



O TRABALHO DA RJC AO LONGO DO ANO

A SEGUIR, MOSTRAMOS EM UMA LINHA DO TEMPO NOSSA ATUAÇÃO AO LONGO DE 2022. Assim, esperamos que seja visualizado não somente nosso trabalho temático, mas também a evolução das ações e estratégias ao longo de meses de trabalho contínuo e monitoramento incessante, seja através da atividade parlamentar, seja por meio de nossa comunicação e atuação institucional.

JANEIRO

Tivemos uma importante reunião com o deputado Arthur Lira, presidente da Câmara, em que apresentamos diversas demandas da sociedade e expusemos nossa preocupação com os projetos que lei que ampliam o conceito de terrorismo.



FEVEREIRO

Em fevereiro, nos articulamos, principalmente, em torno da visita da ONU ao Brasil sobre prevenção e combate à tortura, incidimos para a retirada de pauta do PL de Terrorismo (PLS 272/2016) e apoiamos a incidência para a também retirada de pauta de um dos PLs que flexibilizaram o uso de armas (PL 3723/2019). Essas articulações fazem parte de várias estratégias de incidências, como visitas a gabinetes de senadores, reunião com o relator do projeto e reunião com a liderança do PT. Como resultado, conseguimos a retirada de pauta temporária do projeto.



MARÇO

A RJC esteve em Salvador para participar de atividade organizada pelo IDEAS, uma de nossas organizações-membro. As mesas de debate contaram com a presença de integrantes da sociedade civil, Defensoria, Ministério Público e familiares de pessoas privadas de liberdade e de vítimas da Chacina do Gamboa, ocorrida em fevereiro de 2022, e que foi rememorada durante o encontro.

Além de debater questões como tortura no sistema prisional e a criação de um Mecanismo de Prevenção à Tortura no estado, foram compartilhados **dados importante referentes ao contexto da segurança pública na Bahia**, enfrentamento à Covid-19 com apresentação do boletim da Rede e relatos de familiares que perderam seus entes queridos para a violência do Estado, com cobertura da imprensa.



ABRIL

Finalmente a RJC se encontrou presencialmente, após dois anos de pandemia! Fizemos nosso planejamento anual, elencando temas e estratégias prioritárias para o ano, levando em conta os temas de atuação da RJC e, em especial, as eleições de 2022. Também foi lançado nesse mesmo mês o documentário da Al Jazeera com participação da Rede sobre audiências de custódia.

MAIO



O mês de maio foi intenso no Congresso! Foram muitas as movimentações sobre pautas relacionadas à segurança pública. O Governo Bolsonaro apresentou três projetos de lei com potencial encarcerador bastante perigoso, além de propostas que criminalizavam os movimentos sociais.

Além disso, trabalhamos duramente contra projeto de lei que buscava proibir **as saídas temporárias**, com a elaboração de uma nota assinada por mais de 60 organizações. Graças a essa nota, conseguimos pautar a fala de diversos parlamentares alinhados à esta agenda, além de diversas participações em entrevistas e debates para dar mais visibilidade ao assunto.

JUNHO

Acompanhamos a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal em diligência externa em Sergipe para acompanhar as investigações do caso Genivaldo Santos, que fora assassinado por asfixia com gás lacrimogênio pela Polícia Rodoviária Federal após uma operação de abordagem.

De acordo com Maria Clara D'ávila, assessora jurídica do GAJOP e representante da Rede Justiça Criminal na visita, "foi de extrema importância a presença dos senadores e demais autoridades no local, falando com a família e, também, pressionando as instituições. É fundamental que o caso não seja visto como isolado, uma exceção à regra. A brutalidade registrada em vídeo permite uma responsabilização dos envolvidos, mas é necessário também uma responsabilização do Estado, que permite que cenas como essa ocorram diariamente.



JULHO

Em julho, nos reunimos presencialmente em Carneiros para nossa reunião trimestral, oportunidade em que sempre realinhamos nossa agenda e recarregamos as energias para o que virá.

No advocacy, destacamos a criação de um grupo de incidência para o novo CPP (Código de Processo Penal), que tramita no Congresso desde 2009, a contribuição para o caso Antônio Tavares com o levantamento de propostas de lei que visam criminalizar movimentos sociais e

protestos e uma articulação com o Pacto pela Democracia para a realização de reunião com o Consórcio Nordeste.

Também redigimos uma manifestação com uma análise de projetos de lei que visam criminalizar movimentos sociais e protestos no país como contribuição no processo em trâmite na CIDH que apura o assassinato do trabalhador rural Antônio Tavares e às lesões sofridas por 185 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por parte de agentes da polícia militar.

AGOSTO

UM ANO DA REDE JUSTIÇA CRIMINAL EM RECIFE

COMPLETAMOS UM ANO DE RJC NO RECIFE! Relembramos aqui as principais atividades que foram realizadas nesse período.



ATO POR JUSTIÇA POR JHONNY LUCINDO E FORMAÇÃO ANTIRRACISTA

Equipe da secretaria-executiva participa de ato por justiça para Jhonny Lucindo, jovem de 18 anos vítima de violência policial, cuja família é assessorada pelo GAJOP. Participamos também de formação sobre 'Violência e Genocídio da População Negra', promovida pelo Projeto Bayo.

INTEGRAÇÃO DE EQUIPE E PRÓXIMOS PASSOS

Reunião para discutir a presença da RJC no Nordeste. A atividade também contou com a participação do IDEAS. Foram discutidas novas parcerias, uma possível expansão da RJC para o Norte, sustentabilidade financeira e o desenvolvimento de uma agenda mais delineada no campo da segurança pública.



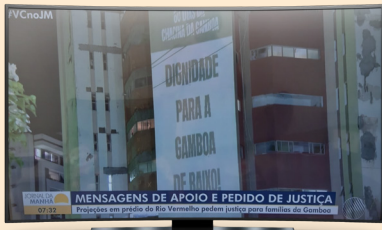
INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Estivemos presentes em formação do Gajop sobre inspeção em estabelecimentos prisionais, com representantes de organizações, movimentos sociais e novos membros eleitos para o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

FORMAÇÃO SOBRE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

A RJC participou de oficina de formação para advogados populares sobre audiências de custódia em parceria com o Instituto Probono, por ocasião do aniversário de 40 anos do GAJOP. Nossa assessoria de advocacy apresentou um panorama sobre as ameaças legislativas no campo na segurança pública e atuação das polícias para os participantes.





60 DIAS DA CHACINA DA GAMBOA

Em memória de Alexandre, Cleverson e Patrick, vítimas da letalidade policial no território da Gamboa de Baixo, mensagens foram projetadas em prédios da cidade de Salvador. O ato simbólico foi realizado pela Associação de Moradores da Gamboa, IDEAS Assessoria Popular e Coalizão Negra por Direitos, com apoio da Rede Justiça Criminal.

FÓRUM POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA

A RJC participou de encontro do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste. A agenda incluiu eleições de 2022 e incidências nas agendas de participação social e popular que visem a construção de políticas públicas de segurança em todos os estados do Nordeste, com participação de organizações de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte.



SETEMBRO

Em setembro, tivemos uma reunião presencial em Brasília com organizações da sociedade civil, organizada pela RJC, para discutir estratégias conjuntas de incidência na tramitação do CPP. Além de definir os pontos comuns para um posicionamento conjunto, dividimos os temas para elaborar propostas de texto que serão discutidas com os parlamentares do GT que analisa a proposta de Código.



Também acompanhamos as movimentações em torno da decisão do CNJ que ordenou que todos os tribunais do país regulamentassem a retomada das audiências de custódias (ACs) presenciais.

Outro destaque do mês foi a divulgação de nossa agenda eleitoral, que contou com 22 candidaturas signatárias.



OUTUBRO

Após quatro anos de muito retrocesso, o governo Bolsonaro foi derrotado nas urnas! Trabalhamos arduamente nas eleições, divulgando incessantemente nossa agenda eleitoral.

Também fizemos pedidos de LAI (Lei de Acesso à Informação) aos tribunais de justiça de todo país para coletar dados mais atualizados sobre audiências de custódia e solicitamos à Câmara dos Deputados todos os projetos de lei em tramitação sobre a questão racial pensando no novembro negro e no fortalecimento de nossas ações de combate ao racismo.

NOVEMBRO E DEZEMBRO

Nos dois últimos meses do ano, começamos a nos mobilizar para incidir no Governo de Transição e dar continuidade às pautas que defendemos em nossa agenda eleitoral. Apresentamos a demanda de que o novo governo revogasse os projetos de lei apresentados pelo Executivo no campo da segurança pública (PLs 731/2022, 732/2022, 733/2022 e 6125/2019) e acompanhasse a tramitação de outras propostas, em especial, do Código de Processo Penal. Também contribuímos junto à Frente Democracia e Direitos Humanos com a elaboração de um material com diversas demandas da sociedade civil que foi apresentado pela coordenadora da Frente, Deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), ao novo governo.

Por fim, lançamos um levantamento de 15 projetos legislativos que podem colocar o Brasil no caminho para a superação do racismo.

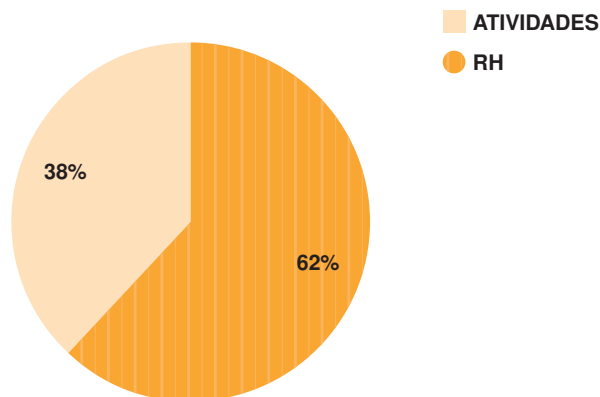


TRANSPARÊNCIA — — E ORÇAMENTO

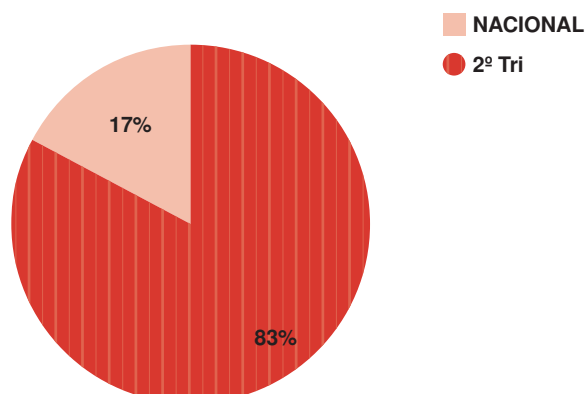
A RJC É UMA COALIZÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL brasileira sem fins lucrativos. Existimos para defender os direitos e as garantias fundamentais do cidadão brasileiro por meio de políticas de desencarceramento e contra o aumento do estado penal. Anualmente, informamos aos leitores as fontes e natureza de nossos gastos, para, assim, trazer o máximo de transparência à nossa atuação.

Todas as nossas fontes de financiamento provêm de organizações filantrópicas, cujo apoio permite a manutenção de nosso trabalho e equipe de maneira contínua. Atualmente, a RJC conta com dois financiadores: a Open Society Foundations (OSF) e o Fundo Brasil de Direitos Humanos (cujo apoio deriva da Oak Foundation).

DESPESAS



RECEITAS



DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

	R\$
(RJC/FBDH) Pessoal 2022	R\$ 466.764,75
(RJC/OPEN) Atividades 2022	R\$ 284.152,87
Total	R\$ 750.917,62

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

	R\$
(RJC/FBDH) 2022	R\$ 267.440,57
(RJC/OPEN)	R\$ 1.283.560,79
Total	R\$ 1.551.001,36

AGRADECIMENTOS

Ao longo do ano, a Rede Justiça Criminal pôde contar com diversos apoios e parcerias importantes, o que nos permitiu ampliar canais de diálogo e fortalecer articulações imprescindíveis para a realização de nosso trabalho.

APOIADORES

Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH)
Oak Foundation
Open Society Foundations (OSF)

PARCEIROS

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e Direitos Humanos
Asa Branca Criminologia
Coalizão Direitos na Rede
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep)
Associação para Prevenção à Tortura (APT)
NESC – Defensoria Pública de São Paulo
Articulação Justiça Além do Cárcere
Agenda Nacional pelo Desencarceramento
Campanha #TorturaNãoSeVePelaTv
Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste
Pacto pela Democracia
Al Jazeera

EXPEDIENTE

EQUIPE EXECUTIVA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Janine Salles de Carvalho

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Giovanna Preti

ASSESSORIA DE ADVOCACY

Leonardo Santana

EDIÇÃO

Janine Salles de Carvalho

Giovanna Preti

PROJETO GRÁFICO

E DIAGRAMAÇÃO

Lucas Jatobá

TRADUÇÃO

(RELATÓRIO EM INGLÊS)

Melina Fiuza

EQUIPE DO GAJOP EM APOIO ÀS ATIVIDADES DA RJC

Deila Martins (Coordenadora executiva)

Edna Jatobá (Coordenadora executiva)

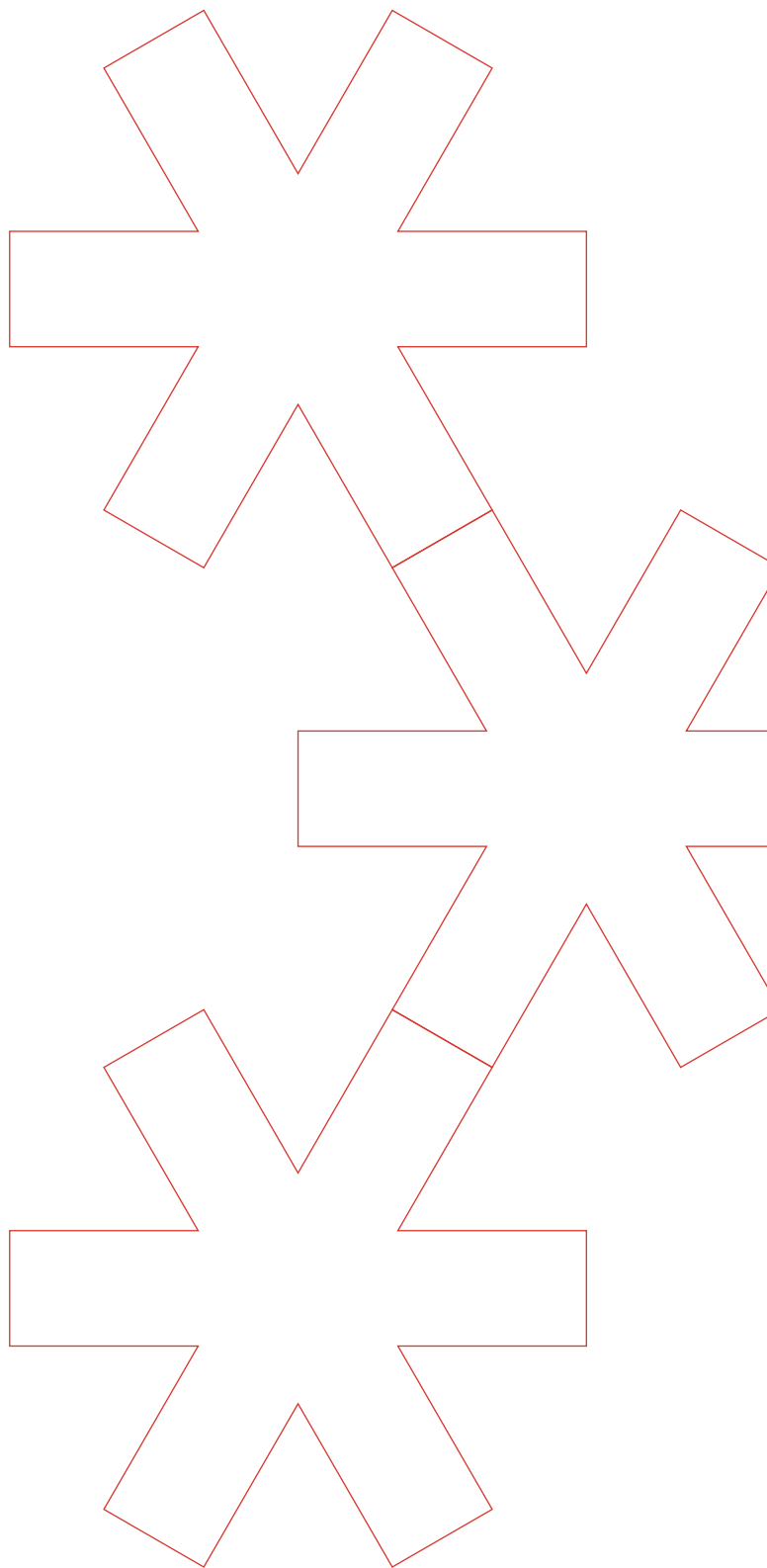
Henrique Vieira (Administrativo-financeiro)

Hilton Ramos (Administrativo-financeiro)

Maria Clara (Assessora jurídica)

Rochelle Borges (Assessora de comunicação)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
ANUAL 2022



**REDE
JUSTIÇA
CRIMINAL**



**Fundo
Brasil**



**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**